Produção e preços: desempenho recente

Na entrada do Plano Real, a agricultura brasileira apresentou um panorama bastante diferente daquele observado quando da implantação dos programas de estabilização anteriores.

O aumento da ordem de 10% na produção de cereais, leguminosas e oleaginosas registrado em 1994 foi até certo ponto surpreendente, quando se considera que as diretrizes da política agrícola anunciadas em julho do ano anterior pouco de novo trouxeram; que os custos financeiros do crédito rural, atrelados à TR, foram considerados excessivos pelos produtores rurais; e que — além da insegurança resultante de sucessivas trocas de ministro na pasta da Agricultura (oito em menos de um ano) —, o panorama econômico, de modo geral, foi bastante conturbado.

Em 1994 a participação do Nordeste no total da produção deve situar-se em torno de 10%, o que pode ser considerado, até, uma perspectiva modesta.

Os números, contudo, devem ser observados com cuidado: com exceção da soja e do algodão, o incremento na produção dos demais produtos decorreu do reinício das chuvas no Nordeste. Assim, em 1994 a participação do Nordeste no total da produção deve situar-se em torno de 10%, o que pode ser considerado, até, uma perspectiva modesta quando se sabe que em anos "normais" a contribuição regional chegou a 20%.

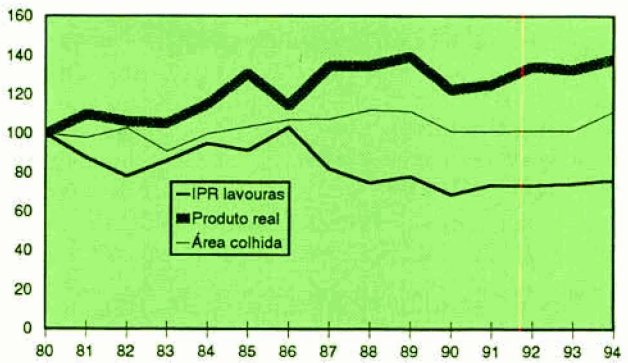
Outro aspecto a ser destacado na análise dos resultados anunciados para a presente safra é que o crescimento da produção se concentrou não só em termos regionais, como também em alguns produtos. Assim, para o Brasil como um todo, destacaram-se os aumentos de 66% na produção de feijão da segunda safra, 24% na de algodão e 27% na de feijão da primeira safra. No Centro-Sul, as maiores expansões se verificaram nos casos do algodão (9%) e da soja (7%). Tomando-se o conjunto de cereais, leguminosas e oleaginosas, a produção cresceu 6% no Centro-Sul e 81% no Nordeste, resultando na média de 10% para o Brasil.

A se confirmarem os números anunciados, o Brasil recupera os patamares de produção que se anunciavam possíveis e que não se concretizavam em função dos baixos preços, sendo significativo que, nos últimos anos, a expansão da produção tem sido mais o resultado de uma melhoria dos índices de rendimento médio por hectare do que de uma expansão da área colhida, que, aliás, tem-se mantido bastante estável, no último qüinqüênio. Contudo, na safra recentemente obtida registrou-se um aumento de cerca de 10% na área colhida e, tendo em vista que boa parte de tal expansão se registrou no Nordeste, os índices médios de produtividade deverão registrar declínio.

O gráfico 1 ilustra a relação observada entre área, produção e preços entre 1980 e 1994. Observe-se que, a partir de 1986, os preços recebidos pelos agricultores (já descontada a inflação registrada no período) entraram numa

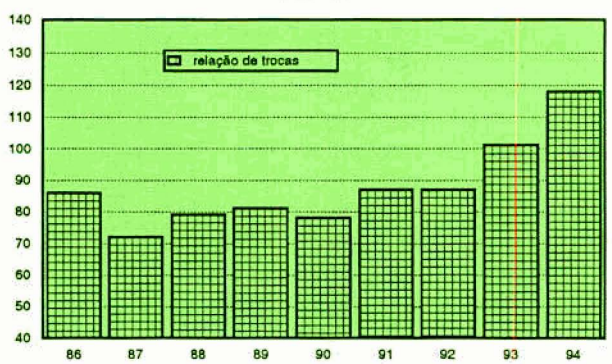
Brasil — desempenho da agricultura

(indicadores selecionados 1980-94)



Brasil — Relação de troca

(IPR/IPP)



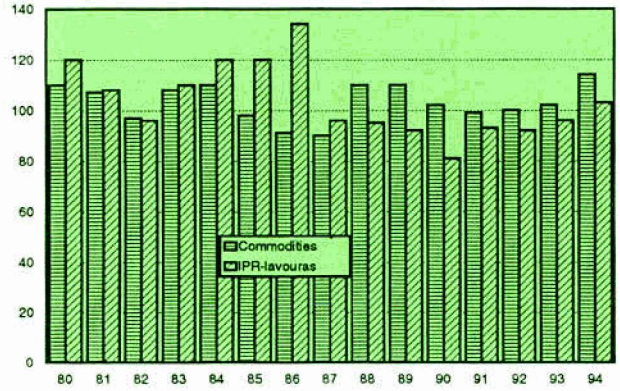
trajetória declinante, que pode, em boa parte, ser atribuída à sucessão de planos de estabilização. Ocorreram notórios descasamentos entre índices de correção de preços mínimos e juros ascendentes, para não se falar dos surtos de importação de produtos agrícolas, que resultaram numa acumulação de estoques que só recentemente foram reduzidos, permitindo uma recuperação nos preços recebidos pelos agricultores.

A melhoria da produtividade física das lavouras foi alcançada em meio a circunstâncias bastante adversas. Considerando-se apenas um período mais recente, os últimos sete anos, as vendas de tratores e o crédito rural obtido seguiram uma trajetória nitidamente decrescente, que só se reverteu em 1993. O consumo de agrotóxicos aparece como tendo percorrido uma rota mais estável, enquanto o consumo de fertilizantes começou a recuperar-se a partir de 1990. Outro fator importante na recuperação das compras de insumos por parte dos agricultores foi a abertura de linhas de crédito do Finame Rural para a compra de equipamentos agrícolas. De 1992 a 1993, tais recursos registraram expansão de 64%, ante uma redução de 18% no total dos desembolsos com crédito rural (ambas as variáveis calculadas em dólar). Ainda assim, a disponibilidade de insumos modernos não alcançou o patamar registrado em 1980 e se situou muito abaixo do que seria de se desejar, levando-se em conta a necessidade de se atender à demanda reprimida por alimentos e matérias-primas, bem como o incremento das exportações.

Contudo, mais importante do que a recuperação dos preços recebidos pelos agricultores e o crédito rural foi a inversão da relação de trocas (preços recebidos/preços pagos) verificada a partir de 1993 (ver gráfico 2). De 1987 a 1990, o IPP, já descontada a inflação, seguiu uma trajetória decrescente, elevando-se nos dois anos seguintes e voltando a cair em 1993. Porém, naquele período, o IPR registrava uma queda ainda maior, prejudicando a relação de trocas. Estes números podem também explicar o aumento no uso de insumos registrado a partir de 1993.

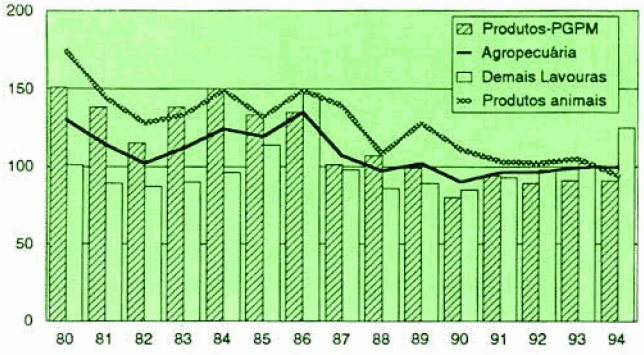
Brasil — preços selecionados

(IPR corrigido pelo IGP-DI e commodities)



Brasil — preços no nível do agricultor

(índices corrigidos pelo IGP-DI)



Dentre os grupos de despesa produtiva que compõem o IPP, notam-se comportamentos bastante diferenciados. De um lado, as sementes, fertilizantes e mão-de-obra registraram bastante estabilidade. De outro lado, agrotóxicos, serviços e combustíveis apresentaram grande dispersão, com os combustíveis subindo bem acima da média, enquanto os serviços de equipamentos ficavam abaixo da mesma. O desempenho dos preços de tratores e fertilizantes justificaram a expansão registrada em suas vendas aos agricultores.

No segundo semestre de 1993, os preços médios das lavouras cresceram mais do que os dos produtos animais, fato que não ocorria há alguns anos.

Os preços recebidos pelos agricultores no período foram muito influenciados pelos bons resultados obtidos no mercado externo, visto que as cotações das commodities registraram significativa recuperação, alcançando os patamares mais elevados desde 1986 (ver gráfico 3). Assim, no segundo semestre de 1993, os preços médios das lavouras cresceram mais do que os dos produtos animais, fato que não ocorria há alguns anos. Outro aspecto que contribuiu positivamente para os resultados registrados pelas cotações das lavouras foi a redução dos estoques de produtos agrícolas. Isto, entretanto, pode vir a se tornar um fator de aumento dos preços no nível do consumidor — caso a safra que começa em breve a ser plantada não repita os resultados alcançados em 1994 — gerando um efeito indesejável no que diz respeito à evolução das taxas de inflação.

Cabe atentar para o fato de que neste ano de 1994 o mercado internacional não se constituiu em potencial elemento estabilizador dos preços internos. Os estoques mundiais de arroz, milho e soja se encontram nos níveis mais baixos dos últimos 20 anos. Para tanto contribuíram não só os desastres climáticos que afetaram o Sudeste asiático (seca) e o Meio-Oeste dos Estados Unidos da América (enchentes) mas também a tendência generalizada, nos países industrializados, à redução dos subsídios à produção agrícola, como conseqüência das negociações no âmbito da Rodada Uruguai. Apenas a situação do trigo parece confortável, embora a redução na disponibilidade mundial de cereais forrageiros possa vir a aumentar o consumo de trigo com esta finalidade, favorecendo um aumento de seus preços. Deste modo, uma tendência que, no médio prazo, pode vir a beneficiar o Brasil e outros países em vias de desenvolvimento, no curto prazo se torna causa de preocupação.

A decomposição do IPR em seus principais agregados — no período mais recente — mostra, em primeiro lugar, que o crescimento dos preços das lavouras superou o dos produtos de origem animal, invertendo uma tendência que se prolongava há vários anos (ver gráfico 4). No subconjunto de lavouras, destacou-se o crescimento dos preços dos produtos não atendidos pela política de preços mínimos, refletindo a recuperação dos preços de cacau, café e açúcar.

Resumindo, pode-se dizer que, na entrada do Real, a agricultura brasileira apresentou condições bastante favoráveis para o sucesso do plano: produção em expansão e preços razoavelmente contidos. Apenas no que se refere aos produtos tradicionais de exportação é que se verifica uma pressão de alta, motivada, em boa medida, pelas circunstâncias externas. Isto, se por um lado carrega um potencial de aumento de preços no mercado interno, por outro lado implica um desafogo para os exportadores. A partir de agora é necessário estar atento ao plantio da nova safra.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

FEIJÃO

Mercado sem novidades até o fim do ano

As previsões da Conab com relação ao consumo de feijão em 1994 apontam um crescimento de 4% em relação ao ano passado. O mercado, no entanto, é menos otimista. Agentes do comércio atacadista, de modo geral, não esperam um aumento no consumo superior a 1%, mesmo considerando a possibilidade de ganho no poder aquisitivo da população em conseqüência da vigência do Plano Real.

Embora seja ainda um tanto prematuro para se avaliar os efeitos do novo plano econômico sobre o consumo de alimentos, nem o mercado nem a própria Conab esperam surpresas no abastecimento e preços até o final do ano. A comercialização, tradicionalmente muito sensível às variações na qualidade e volume da oferta, reagiu às geadas que em julho afetaram as lavouras de São Paulo, mas as perspectivas para os próximos meses são favoráveis ao consumidor. O quadro de suprimento é relativamente folgado, caso se concretizem as expectativas da Conab. Neste caso, ainda restará em estoque regulador de 450 mil toneladas, o equivalente a quase dois meses de consumo.

Um destaque em 1994 é o resultado final das três safras. Se confirmados os prognósticos do IBGE, o total colhido representará um recorde histórico: cerca de 3,3 milhões de toneladas.

O feijão protagonizou, no ano passado, uma série de episódios que bem caracterizam a crise social brasileira: houve saques de estoques doados pelo governo federal a regiões pobres do Nordeste, notícias de apodrecimento de estoques públicos, denúncias de doações com fins de propaganda política, enfim, fatos que ganharam, com uma certa freqüência, espaços na imprensa e contribuíram para reacender o debate sobre a questão alimentar brasileira.

As doações do governo de produto pertencente aos estoques reguladores também chamaram a atenção, mas o fato de estas terem sido motivadas também pela necessidade de se diminuir o nível das reservas suscita reflexões. Uma vez que as reservas alcançavam níveis elevados em função da perceptível inibição na demanda, é paradoxal que o governo tivesse que posteriormente arcar com o ônus de doar produto à população porque esta não teve o acesso justo ao mercado. Ainda de forma contraditória, estas operações também interessaram porque aliviaram as pressões de oferta que estavam prejudicando o próprio setor rural.

As safras têm apresentado resultados modestos nos últimos anos, levando-se em conta que o total colhido em 1993 pouco difere dos patamares de 25 anos atrás. O IBGE estima que, em 1993, as três safras deverão totalizar 2,46 milhões de toneladas, o que representa uma colheita 12% menor do que a obtida em 1992.